

Demonstrações Contábeis Regulatórias

Transmissora Porto Alegre de Energia S.A.

31 de dezembro de 2021
com Relatório do Auditor Independente

Transmissora Porto Alegre de Energia S.A.

Demonstrações Contábeis Regulatórias

31 de dezembro de 2021

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis regulatórias	1
Demonstrações financeiras	
Balanço patrimonial	4
Demonstração do resultado	6
Demonstração do resultado abrangente	7
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	8
Demonstração dos fluxos de caixa.....	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	10

Relatório do auditor independente sobre as Demonstrações contábeis regulatórias

Aos
Acionistas e Administradores da
Transmissora Porto Alegre de Energia S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da **Transmissora Porto Alegre de Energia S.A.** (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas pela administração com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL por meio da Resolução Normativa no 605, de 11 de março de 2014.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2021 o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com o MCSE.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Companhia a cumprir os requisitos da ANEEL. Conseqüentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outro fim.

Outros assuntos

Demonstrações financeiras societárias

A companhia **Transmissora Porto Alegre de Energia S.A.** elaborou um conjunto de demonstrações financeiras separado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, com data de 04 de abril de 2022 com opinião sem modificação e contendo o mesmo parágrafo de ênfase relacionado a reapresentação dos valores correspondentes incluído naquelas demonstrações financeiras.

Demonstrações contábeis regulatórias de exercícios anteriores examinadas por outro auditor independente

Os balanços patrimoniais individuais e consolidados em 31 de dezembro de 2020, as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado, individuais e consolidados, referentes ao período findo em 31 de dezembro de 2020, apresentados para fins de comparação foram auditados e revisados por outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria e relatório de revisão sobre as demonstrações contábeis regulatórias em 20 de agosto de 2021, sem modificações.

Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis regulatórias

A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o MCSE e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis regulatórias ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis regulatórias representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Centro Empresarial PB 370
Praia de Botafogo, 370
6º ao 10º andar - Botafogo
22250-040 - Rio de Janeiro - RJ - Brasil
Tel: +55 21 3263-7000
ey.com.br

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 20 de junho de 2022.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Roberto Cesar Andrade dos Santos', is written over the printed name.

Roberto Cesar Andrade dos Santos
Contador CRC - 1RJ093771/O-9

Transmissora Porto Alegre de Energia S.A.

Balanço patrimonial
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	4.220	15.400
Concessionárias e permissionárias	6	824	993
Tributos e contribuições a recuperar		997	729
Prêmios de seguros		39	13
Depósitos judiciais e cauções		1	2
Créditos a Receber	7	1.016	-
Total do ativo circulante		<u>7.097</u>	<u>17.137</u>
Não circulante			
Partes relacionadas		98	98
Imobilizado	8	60.304	63.003
Total do ativo não-circulante		<u>60.402</u>	<u>63.101</u>
Total do ativo		<u>67.499</u>	<u>80.238</u>
Passivo e patrimônio líquido			
Circulante			
Fornecedores		31	15
Obrigações Tributárias	9	127	1.625
Instrumentos financeiros derivativos		264	-
Empréstimos e financiamentos	10	1.547	3.369
Dividendos a pagar		1.038	577
Contas a pagar	11	-	3.087
Encargos setoriais	12	308	470
Outros Passivos Circulantes		-	131
Total do passivo circulante		<u>3.315</u>	<u>9.274</u>
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	10	36.480	35.054
Instrumentos financeiros derivativos		1.860	2.256
Contas a pagar		1.998	2.000
Total do passivo não circulante		<u>40.338</u>	<u>39.310</u>
Patrimônio líquido			
Capital social	13	38.146	38.146
Reserva de capital		6	6
Reserva Legal		549	345
Prejuízo acumulados		(14.855)	(6.843)
Total do patrimônio líquido		<u>23.846</u>	<u>31.654</u>
Total do passivo e patrimônio líquido		<u>67.499</u>	<u>80.238</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Transmissora Porto Alegre de Energia S.A.

Demonstração do resultado
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Receita operacional líquida	14	8.201	8.405
Resultado operacional bruto		8.201	8.405
Despesas operacionais gerais e administrativas	15	(5.408)	(3.736)
Lucro operacional antes do resultado financeiro		2.793	4.669
Outras receitas operacionais			
Ganhos pelo valor da indenização		877	-
Resultado financeiro			
Receitas financeiras		2.072	173
Despesas financeiras		(4.455)	(4.486)
Resultado financeiro, líquido	16	(2.383)	(4.313)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		1.287	356
Imposto de renda e contribuição social corrente	17	(333)	(566)
Lucro (prejuízo) do exercício		954	(210)
Lucro (prejuízo) do exercício por ação	18	0,0250	(0,0055)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Transmissora Porto Alegre de Energia S.A.

Demonstração do resultado abrangente
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	954	(210)
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	<u>954</u>	<u>(210)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Transmissora Porto Alegre de Energia S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de capital	Reserva Legal	Reserva de Lucro	Lucros e prejuízos acumulados	Total
Em 31 de dezembro de 2019	38.146	6	223	3.178	(9.112)	32.441
Lucros líquido (prejuízo) do exercício	-	-	-	-	(210)	(210)
Constituição de Reserva Legal	-	-	122	-	(122)	-
Constituição da reserva de lucro	-	-	-	1.732	(1.732)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(577)	(577)
Em 31 de dezembro de 2020	38.146	6	345	4.910	(11.753)	31.654
Lucros líquido do exercício	-	-	-	-	954	954
Reversão para dividendos a pagar	-	-	-	-	(5.962)	(5.962)
Constituição de reserva legal	-	-	204	-	(204)	-
Constituição da reserva de lucro	-	-	-	(4.910)	4.910	-
Dividendos intercalares	-	-	-	-	(2.800)	(2.800)
Em 31 de dezembro de 2021	38.146	6	549	-	(14.855)	23.846

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Transmissora Porto Alegre de Energia S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

Fluxo de caixa das atividades operacionais

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Lucro líquido do exercício	1.288	356
Ajustes para conciliar o resultado ao caixa gerado pelas atividades operacionais:	(708)	8.235
Depreciação e Amortização	-	2.708
Despesa com juros	-	148
Taxas financeiras	-	3.700
Dividendos a pagar	(577)	(577)
Instrumentos financeiros derivativos	(130)	2.256
	580	8.591
(Aumento) redução nos ativos operacionais:		
Consumidores e concessionárias	169	(97)
Impostos a recuperar	(997)	-
Cauções e depósitos judiciais	(1)	-
Outros ativos circulantes	(312)	(55)
Aumento (redução) de passivos operacionais		
Fornecedores	17	(16)
Obrigações fiscais	(1.659)	-
Demais Contas a pagar	(5.087)	(14.904)
Outros Passivos Circulantes	(132)	-
Tributos e contribuições sociais corrente	-	(822)
Caixa gerado (aplicado) pelas atividades operacionais	(7.422)	(7.303)
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Imobilizado	2.699	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	2.699	-
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Novos empréstimos e financiamentos e debêntures	(396)	27.980
Pagamento do principal empréstimos e financiamentos	-	(8.235)
Pagamento de juros empréstimos e financiamentos	-	1.193
Parte relacionadas	(6.061)	-
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	(6.457)	20.938
Aumento líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa	(11.180)	13.635
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	15.400	1.765
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	4.220	15.400
Aumento (diminuição) líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa	(11.180)	13.635

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Transmissora Porto Alegreense de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias -- Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

1.1. Objeto Social

A Transmissora Porto Alegreense de Energia S.A. ("Companhia" ou "TPAE") é uma concessionária de serviço público de transmissão de energia elétrica regularizada e instalada no Estado do Rio Grande do Sul, com CNPJ nº 10.938.103/0001-50 e Inscrição Estadual CGC/TE nº 096/3313657. Foi constituída com o objetivo de implantar, operar e manter uma linha de transmissão subterrânea de 12 km (230 kV) no Município de Porto Alegre em função da participação e vitória de seus sócios em um processo licitatório conduzido pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) em 17 de maio de 2009.

A companhia tem como acionistas a V2i Energia S.A. (V2i) com 90,35% e a Companhia Estadual de Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-T, com 9,65%.

1.2. Contrato de concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica

O Contrato de Concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia foi formalizado com a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) em 29 de novembro de 2009, pelo prazo total de 30 anos. A linha de transmissão de energia, foi implantada com sucesso, estando desde maio de 2012 energizada e em fase de avaliação pelo Operador Nacional do Sistema (ONS) para liberação e início de operação. Tal formalidade da ONS foi realizada em 02 de dezembro de 2013 por meio da Carta ONS nº 1467/100/2013, deliberando que a Companhia estava apta a operar de forma integrada ao Sistema Interligado Nacional (SIN), desde 22 de novembro de 2013.

As obrigações da Companhia, previstas no contrato de concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica para implementar, operar, explorar e manter as linhas de transmissão pertencentes a rede básica do sistema interligado-SIN por um período de 30 anos são:

(I) Operar e manter as instalações de modo a assegurar a continuidade e a eficiência do Serviço Regulado, a segurança das pessoas e a conservação dos bens e instalações localizados em sua área de concessão;

(II) Realizar as obras necessárias à prestação dos serviços concedidos, reposição de bens, e operar a infraestrutura de forma a assegurar a regularidade, continuidade, eficiência e segurança em conformidade com as normas técnicas e legais específicas;

(III) Organizar e manter controle patrimonial dos bens e instalações vinculados à concessão e zelar por sua integridade, providenciando que aqueles que, por razões de ordem técnica, sejam essenciais à garantia e confiabilidade do sistema elétrico;

(IV) Atender todas as obrigações de natureza fiscal, trabalhista, previdenciária e regulatória.

(V) Submeter à prévia aprovação da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) alterações nas posições acionárias que impliquem em mudanças de controle. Na hipótese de transferência de ações

Transmissora Porto Alegre de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias -- Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

representativas do controle acionário, o novo controlador deverá assinar termo de anuência e submissão às cláusulas do contrato de concessão e às normas legais e regulamentares da concessão;

(VI) Manter o acervo documental auditável, em conformidade com as normas vigentes; e

(VII) Operar e manter as instalações de transmissão, observando a legislação e os requisitos ambientais aplicáveis e adotando todas as providências necessárias com o órgão responsável para obtenção dos licenciamentos, por sua conta e risco, e cumprir todas as suas exigências.

1.3. Encargos regulamentares

Conforme instituído pelo art.13 da lei 9.427/96, concessionárias, permissionárias e autorizados, devem recolher diretamente a ANEEL a taxa anual de fiscalização, que é equivalente a 0,4% do valor do benefício anual auferido em função das atividades desenvolvidas.

A Companhia aplicará anualmente em pesquisa e desenvolvimento, o montante de, no mínimo, 1% da Receita operacional líquida estabelecida no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, nos termos da Lei nº 9.991/00, e na forma em que dispuser a regulamentação específica sobre a matéria.

1.4. Impactos do COVID 19 (Coronavírus) nos negócios da Companhia

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou o surto de COVID-19 como uma pandemia, dado os vários casos de contágio ao redor do mundo. A grande capacidade de disseminação do vírus fez com que as autoridades de diversos países adotassem o distanciamento físico como medida de contenção do vírus, medida

essa também adotada no Brasil. Houve impacto significativo na economia global, tendo em vista a interrupção ou desaceleração da cadeia de suprimentos e o aumento significativo da incerteza econômica, considerando o aumento na volatilidade dos preços dos ativos, das taxas de câmbio e a queda das taxas de juros de longo prazo. As principais economias do Mundo e os principais blocos econômicos vêm adotando pacotes de estímulos econômicos expressivos para superar os efeitos econômicos produzidos pela pandemia.

No Brasil, os Poderes Executivo e Legislativo da União publicaram diversos atos normativos para prevenir e conter a pandemia, assim como mitigar os respectivos impactos na economia, com destaque para o Decreto Legislativo nº 6, publicado em 20 de março de 2020, que declara o estado de calamidade pública. Os governos estaduais e municipais também publicaram diversos atos normativos buscando restringir a livre circulação de pessoas e as atividades comerciais e de serviços, além de viabilizar investimentos emergenciais na área da saúde.

Considerando as ações que o Governo estruturou de suporte ao Setor de Energia Elétrica, a Companhia segue monitorando as obras em andamento, adotando todas as medidas cabíveis para mitigar possível atrasos e mantém contínua comunicação com o regulador sobre eventuais atrasos que poderão ocorrer até a normalização das atividades comerciais do mercado como um todo.

Transmissora Porto Alegre de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias -- Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

Adicionalmente, foram avaliados os possíveis impactos em relação aos saldos contábeis, divulgados a seguir:

A Companhia mitiga os riscos de volatilidade do mercado financeiro efetuando aplicações em investimentos que possuem remuneração fixa, tendo em vista seu perfil conservador.

Os negócios da Companhia apresentam receita previsível, reajustadas pela inflação e de longo prazo, assegurada pelos modelos regulatórios dos nossos segmentos de atuação, não apresentando risco de demanda. Desta forma, a administração da Companhia não considera que exista risco de realização de seus recebíveis. Não houve variação significativa na inadimplência em decorrência do COVID-19 no ano de 2021.

Com base na avaliação acima, em 31 de dezembro de 2021 e até a data de emissão dessas demonstrações financeiras, não foram identificados impactos significativos aos negócios da Companhia que pudessem requerer divulgação.

2. Setor elétrico no Brasil

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia ("MME"), o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL").

A transmissão de energia elétrica disponibilizada pela Companhia é efetuada de acordo com o previsto nas cláusulas de seus contratos de concessão de transmissão.

De acordo com os contratos de concessão de transmissão, a Companhia está autorizada a cobrar a TUST - tarifas de uso do sistema de transmissão. As tarifas serão reajustadas anualmente na mesma data em que ocorrerá os reajustes das Receitas Anuais Permitidas - RAP das concessionárias de transmissão. Esse período tarifário inicia-se em 1º de julho do ano de publicação das tarifas até 30 de junho do ano subsequente.

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede Básica, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado Livre Acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL.

Transmissora Porto Alegre de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias -- Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

A operação e administração da Rede Básica é atribuição do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, pessoa jurídica de direito privado, autorizado do Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e também pelos consumidores com conexão direta à rede básica. O ONS tem a responsabilidade de gerenciar o despacho de energia elétrica das usinas em condições otimizadas, envolvendo o uso dos reservatórios das hidrelétricas e o combustível das termelétricas do sistema interligado nacional.

3. Políticas contábeis

3.1 Base de preparação e apresentação das Demonstrações Contábeis Regulatórias

As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico ("MCSE"), aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica por meio da Resolução Normativa nº 605, de 11 de março de 2014.

As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios são separadas das Demonstrações financeiras estatutárias da concessionária. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos.

Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. No entanto, a base para apuração fiscal corrente e dos dividendos é o lucro apurado com base nas práticas contábeis societárias e divulgado nas demonstrações financeiras societárias da Companhia.

As informações financeiras distintas das informações preparadas totalmente em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial de uma empresa, apresentar diferença de valores pela aplicação diferenciadas de algumas normas contábeis societária e regulatória, estas diferenças estão explicadas em notas explicativas, para melhor entendimento do leitor, conforme apresentado nas Demonstrações contábeis preparadas de acordo com estas práticas.

A emissão das demonstrações contábeis regulatórias foi autorizada pela diretoria em xx de xxxx de 2021.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis regulatórias, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela administração na sua gestão.

Transmissora Porto Alegre de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias -- Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

4. Principais práticas contábeis regulatórias

As práticas contábeis utilizadas são as mesmas adotadas nas Demonstrações Contábeis societárias apresentadas, exceto quanto ao que se estabelece abaixo, quando aplicável:

Ativos e passivos financeiros setoriais: O mecanismo de determinação das tarifas no Brasil garante a recuperação de determinados custos relacionados à compra de energia e encargos regulatórios por meio de repasse anual. Seguindo orientação do Órgão Regulador, a empresa contabiliza as variações destes custos como ativos e passivos financeiros setoriais, quando existe uma expectativa provável de que a receita futura, equivalente aos custos incorridos, será faturada e cobrada, como resultado direto do repasse dos custos em uma tarifa ajustada de acordo com a fórmula paramétrica definida no contrato de concessão. O Ativo e Passivo Financeiro Setorial serão realizados quando o poder concedente autorizar o repasse na base tarifária da empresa, ajustada anualmente na data de aniversário do seu contrato de concessão.

Imobilizado em serviço: Registrado ao custo de aquisição ou construção, acrescidos do valor de reavaliação, quando aplicável. A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas tabelas anexas à Resolução vigente emitida pelo Órgão Regulador.

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência da outorga (concessão, permissão e/ou autorização). O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas de depreciação regulatória.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

Imobilizado em curso: Os gastos de administração central capitalizáveis são apropriados, mensalmente, às imobilizações em bases proporcionais. A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais os serviços de terceiros é prevista no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Estes custos são recuperados por meio do mecanismo de tarifas e preços.

A Outorgada agrega mensalmente ao custo de aquisição do imobilizado em curso os juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros incorridos sobre empréstimos e financiamentos diretamente atribuídos à aquisição ou constituição de ativo qualificável considerando os seguintes critérios para capitalização: (a) período de capitalização correspondente à fase de construção do ativo imobilizado, sendo encerrado quando o item do imobilizado encontra-se disponível para utilização; (b) utilização da taxa média ponderada dos empréstimos vigentes na data da capitalização; (c) o montante dos juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros capitalizados mensalmente não excedem o valor das despesas de juros apuradas no período de capitalização; e (d) os juros, as variações monetárias e cambiais e demais encargos

Transmissora Porto Alegre de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias -- Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

financeiros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinada para o item do imobilizado ao qual foram incorporados.

Intangível: Registrado ao custo de aquisição ou realização. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear.

Os encargos financeiros, juros e atualizações monetárias incorridos, relativos a financiamentos obtidos de terceiros vinculados ao intangível em andamento, são apropriados às imobilizações intangíveis em curso durante o período de construção do intangível.

Obrigações especiais vinculadas à concessão: São representadas pelos valores nominais ou bens recebidos de consumidores das concessionárias e de consumidores não cooperados das permissionárias, para realização de empreendimentos necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica. Esta conta é amortizada pela taxa média de depreciação dos ativos correspondentes a essas obrigações, conforme legislação vigente.

Reconhecimento de receita: A receita operacional do curso normal das atividades da Outorgada é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos-financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável.

5. Caixa e equivalentes de caixa

O saldo de caixa e equivalentes de caixa refere aos saldos abaixo:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Caixa e bancos	195	140
Fundos de renda fixa CDB (i)	4.025	15.260
	<u>4.220</u>	<u>15.400</u>

(i) Refere-se a aplicações financeiras em cotas de fundo de investimento, não exclusivo, sendo a grande maioria administrado pelo Banco Itaú, que tiveram no ano de 2021, remuneração média referenciada ao CDI de 116% (em 31 de dezembro de 2020 de 86%). A carteira do Fundo é por ativos considerados de baixo risco, como títulos públicos federais, debêntures e letras financeiras.

Transmissora Porto Alegre de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias -- Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

6. Concessionárias e permissionárias

O saldo de concessionária e permissionária refere aos saldos abaixo:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Concessionária e permissionárias (a)	<u>824</u>	<u>993</u>
	<u>824</u>	<u>993</u>

(a) O saldo em aberto em 31 de dezembro de 2021 corresponde aos vencimentos de abaixo:

<u>Vencimentos</u>	<u>Montantes</u>
Exercícios anteriores	(45)
05/01/2022	28
15/01/2022	41
25/01/2022	772
05/02/2022	28
<u>Total</u>	<u>824</u>

A Administração acredita que não há expectativa de Perda Estimada de Créditos e Liquidações Duvidosas visto que as parcelas em aberto se referem em sua totalidade em saldos de 2022.

7. Créditos a receber

O saldo de créditos a receber refere aos saldos abaixo:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Indenização de seguro (a)	<u>876</u>	-
Riseline Smart Energy Solutions	<u>114</u>	-
Outros	<u>26</u>	-
	<u>1.016</u>	-

(a) Valor refere-se à indenização de seguro, devido ao tempo que a empresa não operou devido ao sinistro ocorrido.

8. Imobilizado

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto no 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. O ato normativo que regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concede autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à

Transmissora Porto Alegre de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias -- Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

A composição do imobilizado e intangível em 2021 é como segue:

Ativo Imobilizado e Intangível	Taxas anuais médias de depreciação e amortização	Valor Bruto em 31/12/2020	Adições (A)	Transferências (B)	Baixas (C)	Valor Bruto em 31/12/2021	Adições Líquidas (A) + (B) - (C)	Depreci. /Amort. Acumulada	Valor líquido em 31/12/2021	Valor líquido em 31/12/2020
Ativo Imobilizado em Serviço - R\$ Mil										
Transmissão em serviço										
Máquinas e equipamentos	3,34%	81.040	-	-	-	81.040	-	(21.887)	59.153	61.861
Subtotal Transmissão		81.040	-	-	-	81.040	-	(21.887)	59.153	61.861
Total Imobilizado em Serviço		81.040	-	-	-	81.040	-	(21.887)	59.153	61.861

Transmissora Porto Alegre de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias -- Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

Ativo Imobilizado em Curso – R\$ Mil	Taxas anuais médias de depreciação e amortização	Valor Bruto em 31/12/2020	Adições (A)	Transferências (B)	Baixas (C)	Valor Bruto em 31/12/2021	Adições Líquidas (A) + (B) - (C)	Depreci. /Amort. Acumulada	Valor líquido em 31/12/2021	Valor líquido em 31/12/2020
Transmissão em Curso										
Máquinas e Equipamentos	-	78	-	-	-	78	-	-	78	78
Capitalização de Despesas	-	1.064	-	-	-	1.064	-	-	1.064	1.064
Subtotal Transmissão em curso.		1.142	-	-	-	1.142	-	-	1.142	1.142
Total Transmissão em curso.		1.142	-	-	-	1.142	-	-	1.142	1.142
Administração em Serviço										
Computadores e periféricos	-	-	10	-	-	10	10	(1)	9	-
Subtotal Administração		-	10	-	-	10	-	(1)	9	-
Subtotal Imobilizado em Serviço		1.142	10	-	-	1.152	10	(1)	1.151	1.142
Total do Imobilizado		82.182	10	-	-	82.192	10	(21.888)	60.304	63.003

Transmissora Porto Alegre de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias -- Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

A composição das adições do exercício, por tipo de gasto capitalizado é como segue:

<u>Ativo Imobilizado</u>	<u>Material/equipamentos</u>	<u>serviços de terceiros</u>	<u>mão de obra própria</u>	<u>Juros capitalizados</u>	<u>Outros gastos</u>	<u>Total</u>
Administração em serviço						
Máquinas e Equipamentos	10					10
	10	-	-	-	-	10
	10	-	-	-	-	10
Total do ativo imobilizado e intangível	10	0	0	0	0	10

O valor líquido do ativo imobilizado e intangível é como segue:

Transmissora Porto Alegre de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias -- Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

Ativo Imobilizado e Intangível	Taxas anuais médias de depreciação e amortização	Valor Bruto em 31/12/2020	Valor Bruto em 31/12/2021	Depreci. /Amort. Acumulada	Valor líquido em 31/12/2021	Valor líquido em 31/12/2020
Ativo Imobilizado em Serviço - R\$ Mil						
Transmissão em serviço						
Máquinas e equipamentos	3,34%	81.040	81.040	(21.887)	59.153	61.861
Subtotal Transmissão		81.040	81.040	(21.887)	59.153	61.861
Total Imobilizado em Serviço		81.040	81.040	(21.887)	59.153	61.861
Ativo Imobilizado em Serviço - R\$ Mil	Taxas anuais médias de depreciação e amortização	Valor Bruto em 31/12/2020	Valor Bruto em 31/12/2021	Depreci. /Amort. Acumulada	Valor líquido em 31/12/2021	Valor líquido em 31/12/2020
Transmissão em Serviço						
Máquinas e Equipamentos		78	78	-	78	78
A ratear		1.064	1.064	-	1.064	1.064
Subtotal Transmissão em Serviço		1.142	1.142	-	1.142	1.142
Total Transmissão em Serviço		1.142	1.142	-	1.142	1.142
Administração em Serviço						
Computadores e periféricos		-	10	(1)	9	-
Subtotal Administração		-	10	(1)	9	-
Subtotal Imobilizado em Serviço		1.142	1.152	(1)	1.151	1.142
Total do Imobilizado		82.182	82.192	(21.888)	60.304	63.003

Transmissora Porto Alegre de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias -- Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

9. Obrigações tributárias

9.1 Obrigações tributárias

O saldo de Obrigações tributárias a pagar referem-se aos saldos abaixo:

	31/12/2021	31/12/2020
Imposto de Renda	42	40
Contribuição Social	52	-
PIS	5	51
COFINS	25	233
IRRF	-	1.009
Parcelamento PIS e COFINS	-	288
Outros	3	4
	127	1.625

10. Empréstimos e financiamentos

A composição da carteira de empréstimos e financiamentos e as principais condições contratuais podem ser encontradas no detalhamento abaixo:

Empresa / Operação	Total		Encargos Financeiros Anuais	Vencimento	Periodicidade Amortização	(Taxa efetiva de juros) ⁽¹⁾	Garantias (¹)
	2021	2020					
Total em Moeda Nacional	38.027	38.422	2.968	15/10/2030	Semestral	CDI + 2,65% a.a.	
Total	38.027	38.422					

A movimentação dos empréstimos e debêntures estão demonstradas a seguir:

	31/12/2020	Pagamento de Principal	Encargos, atualização monetária e Custos	Pagamento de Juros	31/12/2021
Financiamento Itaú (a)	38.422	(760)	2.618	(2.253)	38.027
Total ao valor justo	38.422	(760)	2.618	(2.253)	38.027
Circulante	3.369				1.547
Não circulante	35.053				36.480

Transmissora Porto Alegre de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias -- Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

- (a) Foi contratada operação de Capital de Giro no Itaú através da CCB n. 10012010000500, com desembolso de R\$38 milhões em outubro de 2020, primeiro pagamento em 15/04/2021 e vencimento em 15/10/2030.

Amortização da dívida

Os financiamentos classificados no passivo não circulante têm seus vencimentos assim programados:

<u>Vencimento</u>	<u>31/12/2021</u>
2023	3.097
2024	4.028
2025	4.256
2026	4.484
2027 a 2030	20.615
	36.480

Instrumentos Financeiros Derivativos

	<u>Taxa de juros</u>	<u>Vencimento</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Valor justo do ativo financeiro na ponta passiva IPCA	2,65 a.a.	15/10/2030	44.108	41.799
Valor justo do ativo financeiro na ponta passiva CDI			(41.984)	(39.543)
			2.124	2.256

SWAP

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Circulante	264	-
Não Circulante	1.860	2.256
Total	2.124	2.256

Atrelado ao empréstimo do Itaú referenciado no item acima, foi gerado um Contrato de SWAP n. 109820090005400, de 01 de outubro de 2020, junto ao Itaú. Foi utilizada a metodologia de valor justo para a mensuração do ativo e passivo financeiro. O valor justo na ponta passiva de IPCA, foi de 44.107 e o valor justo na ponta ativa de CDI, foi de 41.983, auferindo o resultado de R\$ 2.124 de resultado passivo.

Transmissora Porto Alegre de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias -- Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

11. Contas a pagar

Os saldos de contas a pagar são compostos por valores das companhias abaixo:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Procable Energia e Telecom (a)	1.998	5.086
	1.998	5.086

(a) Valor correspondente a confissão de dívida conforme contrato de compra e venda.

12. Taxas setoriais

Os saldos de taxas setoriais são compostos pelas taxas abaixo:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
FNDCT	8	9
MME	2	3
P&D	70	330
RGR	185	125
TFSE	43	3
	308	470

Conforme instituído pelo art. 13 da lei 9.427/96, concessionárias, permissionárias e autorizados, devem recolher diretamente a ANEEL a taxa anual de fiscalização, que é equivalente a 0,4% do valor do benefício anual auferido em função das atividades desenvolvidas.

A Companhia aplicará anualmente em pesquisa e desenvolvimento, o montante de, no mínimo, 1% da Receita operacional líquida estabelecida no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, nos termos da Lei nº 9.991/00, e na forma em que dispuser a regulamentação específica sobre a matéria.

13. Patrimônio líquido

13.1 Capital social

	2021			2020		
	Quantidade de quotas	Capital social	% participação	Quantidade de quotas	Capital social	% participação
V2i Energia	34.465.144	34.465	90,35%	34.465.143	34.465	90,35%
CEEE-GT	3.681.114	3.681	9,65%	3.681.114	3.681	9,65%
	38.146.258	38.146	100%	38.146.257	38.146	100%

Transmissora Porto Alegre de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias -- Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

Em 31 de dezembro de 2021 V2i Energia S.A. detém 90,35% do ativo Transmissora Porto Alegre de Energia S.A, os outros 9,65% pertencem à Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia (CEEE - GT).

O ativo foi adquirido pela V2i Energia S.A. em 30 de abril de 2020, a partir de um acordo de compra e venda realizado com a Procable Energia e Telecomunicações S.A.

Destinação do resultado do exercício - Societário	2021	2020
Lucro Líquido do Exercício	4.089	2.430
Constituição de reserva legal	(204)	(122)
Dividendos	(3.885)	(576)
Constituição de reserva de lucro		(1.732)
Reversão de reserva de lucro		
Resumo das destinações:		
Reservas	(204)	(1.854)
Dividendos	(3.885)	(576)
	<u>(4.089)</u>	<u>(2.430)</u>

Reserva de Lucros	2021	2020
Lucro Líquido do Exercício	4.089	2.430
Constituição de reserva legal	(204)	(122)
Dividendos	(3.885)	(576)
Constituição de reserva de lucro		(1.732)
Reversão de reserva de lucro		
Resumo das destinações:		
Saldo Inicial da Reserva de Lucros	4.910	3.178
Constituição/Reversão no período		1.732
Distribuição de Dividendos		
Reserva de Lucros	<u>4.910</u>	<u>4.910</u>

Transmissora Porto Alegre de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias -- Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

Lucros / Prejuízos acumulados	2021	2020
Saldo Inicial Lucros/Prejuízos acumulados	(11.753)	(9.112)
Lucro Líquido do Exercício Regulatório	954	(210)
Distribuição de dividendos	(2.800)	(577)
Constituição de reserva legal	(204)	(122)
Reversão para dividendos a pagar	(5.963)	-
Constituição de reserva de lucro	4.910	(1.732)
Lucro Líquido do Exercício societário		
Lucros e Prejuízos Acumulados	<u>(14.856)</u>	<u>(11.753)</u>

14. Receita

A reconciliação entre a receita bruta e a receita líquida é assim demonstrada:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Receita de encargos de transmissão	8.955	9.891
PIS-PASEP	(79)	(163)
COFINS	<u>(271)</u>	<u>(749)</u>
	8.605	8.979
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(83)	(95)
Reserva Global de Reversão – RGR	(233)	(421)
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica – TFSEE	(87)	(58)
Receita Líquida	<u>8.202</u>	<u>8.405</u>

15. Custo dos bens construídos e serviços prestados

Os saldos dos custos e despesas operacionais especificados na Demonstração de resultado do exercício possuem a seguinte composição por natureza de gosto.

	<u>De</u> <u>Operação</u>	<u>Despesas Gerais</u> <u>e Administrativas</u>	<u>De</u> <u>operação</u>	<u>Despesas Gerais</u> <u>e Administrativas</u>
	<u>2021</u>	<u>2021</u>	<u>2020</u>	<u>2020</u>
Material	(73)	-	(15)	-
Serviços de terceiro	(401)	(1.087)	(901)	-
Depreciação e amortização	(2.708)	(1)	(2.707)	-
Outros	(1.852)	712	(19)	(94)
Total	(5.034)	(374)	(3.642)	(94)

Transmissora Porto Alegre de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias -- Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

16. Resultado financeiro

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Tarifas	(32)	(198)
Fiança bancária	-	(685)
Juros s/ Financiamentos	(3.045)	(1.193)
Swap a valor justo	(1.377)	(2.256)
Outras despesas	(1)	(154)
Despesas financeiras	(4.455)	(4.486)
Receitas sobre aplicação financeira	428	158
Receitas com swap	1.644	-
Outras Receitas Financeiras	-	15
Receitas financeiras	2.072	173
Resultado financeiro, líquido	(2.383)	(4.313)

17. Impostos correntes

A demonstração dos tributos apresentados na despesa é como segue:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Imposto de renda e contribuição correntes	(333)	(566)
	(333)	(566)

Os saldos de imposto de renda e contribuição social apresentados no passivo sobre a receita de clientes - CPC 47 (IFRS 15), são reconhecidos sobre a margem de implementação de infraestrutura e remuneração do ativo contratual e, será realizado na proporção das operações, considerando as receitas e custos de operação como depreciação do ativo imobilizado da concessão deduzidos de imposto de renda e contribuição social.

No ano de 2020 a empresa era tributada pelo Lucro Real. A partir de 01 de Janeiro de 2021 a empresa passou a ser tributada pelo lucro Presumido e a despesa do imposto de renda e da contribuição social corrente de 2021, é como segue:

Transmissora Porto Alegre de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias -- Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

a) Corrente

Regime lucro presumido/real	2021	
	IRPJ	CSLL
Receita básica Fronteira - AVC	8.683	8683
Repasse CDE	273	273
Alíquota fiscal combinada	25%	9%
Lucro Presumido sobre a receita bruta	8.956	8.956
Alíquota de Presunção	8%	12%
Lucro Presumido sobre a prestação de serviço	716	1075
Total das Receitas sem presunção	427	427
Base de cálculo total	1.143	1.502
Alíquota efetiva	19,94%	6,99%
Despesa de imposto de renda e contribuição social	228	105

18. Resultado por ação

O saldo do resultado por ação é composto conforme representado abaixo:

	31/12/2021	31/12/2020
Lucro do exercício	955	(210)
Lucro por ação	0,0250	(0,0055)

A empresa não possui instrumento diluidor

19. Contingências

Em 31 de dezembro de 2021 a TPAE possui o seguinte processo de contingência passiva na área Cível. O objeto são Ações de Constituição de Servidão e a administração acredita que há prognóstico possível de perda, totalizando o valor de causa de R\$80 (R\$ 284 em 2020)

Processo	Réu	Possível
0023801-19.2019.8.21.0001	Liliane Dias Cicarelli	R\$80.744,95

Transmissora Porto Alegre de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias -- Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

20. Conciliação do Balanço Patrimonial Regulatório e Societário

Para fins estatutários, a Outorgada seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração da Demonstrações financeiras societárias, sendo que para fins regulatórios, a Outorgada seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador, apresentada no MCSE, aprovado pela ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 605, de 11 de março de 2014. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações apresentadas seguindo as práticas societárias.

Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	31/12/2021	Ajuste	31/12/2021
		Regulatório		Societário
Ativo				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa		4.220	-	4.220
Concessionárias e permissionárias		824	-	824
Tributos e contribuições a recuperar		997	-	997
Prêmios de seguros		39	-	39
Depósitos judiciais e cauções		1	-	1
Ativo de contrato	(i)	-	(9.339)	9.339
Créditos a Receber		1.016	-	1.016
Total do ativo circulante		7.097	(9.339)	16.436
Não circulante				
Ativo de contrato	(i)	-	(79.036)	79.036
Partes relacionadas		98	-	98
Imobilizado	(iii)	60.304	60.295	9
Total do ativo não-circulante		60.402	(18.741)	79.143
Total do ativo		67.499	(28.080)	95.579

Transmissora Porto Alegre de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias -- Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

Passivo e patrimônio líquido	31/12/2021	Ajuste	31/12/2021
Circulante			
Fornecedores	31	-	31
Instrumentos financeiros derivativos	264	-	264
Obrigações Tributárias	127	-	127
Empréstimos e financiamentos	1.547	-	1.547
Encargos setoriais	308	-	308
Dividendos a pagar	1.038	-	1.038
Total do passivo circulante	3.315	-	3.315
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	36.480	-	36.480
Instrumentos financeiros derivativos	1.860	-	1.860
Tributos Diferidos (ii)	-	(13.225)	13.225
Contas a pagar	1.998	-	1.998
Total do passivo não circulante	40.338	(13.225)	53.563
Patrimônio líquido			
Capital social	38.146	-	38.146
Reserva de capital	6	-	6
Reserva Legal	549	-	549
Prejuízo acumulados	(14.855)	(14.855)	-
Total do patrimônio líquido (iv)	22.845	(14.855)	38.701
Total do passivo e patrimônio líquido	67.499	(28.080)	95.579

Ativo	Nota	31/12/2020	Ajuste	31/12/2020
		Regulatório		Societário
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa		15.400	-	15.400
Concessionárias e permissionárias		993	-	993
Ativo de contrato (i)		-	(4.236)	4.236
Outros ativos circulantes (ii)		744	(121)	865
Total do ativo circulante		17.137	(4.357)	21.494

Não circulante

Transmissora Porto Alegre de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias -- Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

Ativo de contrato	(i)	-	(83.668)	83.668
Partes relacionadas		98	-	98
Imobilizado	(iii)	63.003	63.003	-
Total do ativo não-circulante		63.101	(20.665)	83.766
Total do ativo		80.238	(25.022)	105.260
Passivo e patrimônio líquido		31/12/2020	Ajuste	31/12/2020
		Regulatório		Societário
Circulante				
Fornecedores		15	-	15
Obrigações Tributárias		1.625	-	1.625
Empréstimos e financiamentos		3.369	-	3.369
Dividendos a pagar		577	-	577
Contas a pagar		3.087	-	3.087
Encargos setoriais		470	-	470
Outros Passivos Circulantes	(ii)	131	96	35
Total do passivo circulante		9.274	96	9.178
Não circulante				
Empréstimos e financiamentos		35.054	-	35.054
Instrumentos financeiros derivativos		2.256	-	2.256
Tributos Diferidos	(ii)	-	(13.365)	13.365
Contas a pagar		2.000	-	2.000
Total do passivo não circulante		39.310	(13.365)	52.675
Patrimônio líquido				
Capital social		38.146	-	38.146
Reserva de capital		6	-	6
Reserva Legal		345	-	345
Prejuízo acumulado		(6.843)	(11.753)	4.910
Total do patrimônio líquido	(iv)	31.654	(11.753)	43.407
Total do passivo e patrimônio líquido		80.238	(25.022)	105.260

Transmissora Porto Alegre de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias -- Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

		<u>31/12/2021</u> <u>Regulatória</u>	<u>Ajuste</u>	<u>31/12/2021</u> <u>Societária</u>
Receita operacional líquida	(v)	<u>8.202</u>	<u>(524)</u>	<u>8.726</u>
Custos Não Gerenciáveis				
Encargos e Demais Despesas Setoriais		(2.337)	-	(2.337)
Resultado operacional bruto	(v)	<u>5.865</u>	<u>(524)</u>	<u>6.389</u>
Despesas operacionais gerais e administrativas	(vi)	<u>(5.408)</u>	<u>(5.044)</u>	<u>(364)</u>
Lucro operacional antes do resultado financeiro		<u>2.794</u>	<u>(3.231)</u>	<u>6.025</u>
Outras receitas operacionais				
Ganhos pelo valor da indenização		876	-	876
Resultado financeiro				
Receitas financeiras		2.072	-	2.072
Despesas financeiras		(4.455)	-	(4.455)
Resultado financeiro, líquido		<u>(2.383)</u>	<u>-</u>	<u>(2.383)</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		<u>1.287</u>	<u>(3.231)</u>	<u>4.518</u>
Imposto de renda e contribuição social corrente	(ii)	(333)	64	(397)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(ii)	-	32	(32)
Lucro (prejuízo) do exercício	(viii)	<u>955</u>	<u>(3.134)</u>	<u>4.089</u>
		<u>31/12/2020</u> <u>Regulatório</u>	<u>Ajuste</u>	<u>31/12/2020</u> <u>Societário</u>
Receita operacional líquida	(v)	<u>8.405</u>	<u>(456)</u>	<u>8.861</u>
Custos Não Gerenciáveis				
Encargos e Demais Despesas Setoriais	(vi)	-	349	(349)

Transmissora Porto Alegre de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias -- Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

Resultado operacional bruto		8.405	(107)	8.512
Despesas operacionais gerais e administrativas	(vi)	(3.736)	(3.042)	(694)
Lucro operacional antes do resultado financeiro		4.669	(3.149)	7.818
Resultado financeiro				
Receitas financeiras		173	-	173
Despesas financeiras	(vii)	(4.486)	-	(4.486)
Resultado financeiro, líquido		(4.313)	-	(4.313)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		356	(3.149)	3.505
Imposto de renda e contribuição social corrente	(ii)	(566)	(285)	(281)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(ii)	-	794	(794)
Lucro (prejuízo) do exercício		(210)	(2.640)	2.430

20.1 A seguir são detalhadas a natureza e explicações dos ajustes apresentados entre a contabilidade societária e a regulatória:

(i) Ativo de contrato de concessão

A Companhia aplicou o CPC 47 – Receita de Contratos com Clientes, a partir de 1º de janeiro de 2018, com base no método retrospectivo modificado. Os impactos advindos desta aplicação, referem-se basicamente a reclassificação dos saldos anteriormente registrados como ativos financeiros, para ativos de contrato de concessão.

Os concessionários devem registrar e mensurar a receita dos serviços que prestam obedecendo aos pronunciamentos técnicos CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente e CPC 48 – Instrumentos Financeiros, mesmo quando prestados sob um único contrato de concessão. As receitas são reconhecidas (i) quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente; (ii) quando for possível identificar os direitos; (iii) quando houver substância comercial; e (iv) quando for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito. As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos:

a) Receita de implementação da infraestrutura - Serviços de implementação, ampliação, reforço e melhorias de instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de implementação de

Transmissora Porto Alegre de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias -- Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

infraestrutura são reconhecidas conforme os gastos incorridos, acrescidos de margem.

A receita de implementação de infraestrutura é reconhecida em contrapartida ao ativo de contrato, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de performance de operar e manter. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de performance de construir, torna-se um ativo financeiro (contas a receber de concessionárias e permissionárias), pois nada mais além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido.

b) Remuneração do ativo de contrato de concessão - Juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa implícita aplicada sobre o valor dos investimentos da infraestrutura de transmissão, e considera as especificidades de cada projeto de reforço, melhorias e leilões. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo de contrato de concessão e é determinada no início do projeto e não sofre alterações posteriores.

c) Receita de correção monetária do ativo de contrato de concessão – Correção reconhecida a partir da operacionalização do empreendimento com base no índice de inflação definido para cada contrato de concessão.

d) Receita de operação e manutenção - Serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, cujo reconhecimento inicia-se a partir da operacionalização do empreendimento. Esta receita é calculada levando em consideração os custos incorridos na realização da obrigação de desempenho, acrescidos de margem.

Considerando que para fins regulatórios deverá ser adotada a estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, onde todos os investimentos realizados nas construções das linhas de transmissão são registrados como ativo imobilizado, todos os efeitos decorrentes das aplicações do CPC 47 foram eliminados nas Demonstrações contábeis regulatórias, incluindo os impactos fiscais (IR e CSLL diferidos e PIS e COFINS diferidos) correspondentes.

(ii) Impostos e contribuições sociais correntes e diferidos

Os efeitos decorrentes das aplicações do CPC 47 e CPC 06(R2) foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias, incluindo os impactos fiscais correspondentes, no caso IR e CSLL correntes e diferidos.

(iii) Imobilizado, intangível e obrigações especiais

Transmissora Porto Alegre de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias -- Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

Considerando que para fins regulatórios deverá ser adotada a estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, onde todos os investimentos realizados nas construções das linhas de transmissão são registrados como ativo imobilizado e intangível e obrigações especiais reconhecidas no passivo, os efeitos decorrentes da aplicação do CPC 47 foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias, incluindo os impactos fiscais correspondentes.

Com a adoção do CPC 47 nas demonstrações financeiras societárias, o ativo imobilizado e o ativo intangível da Companhia, líquido das obrigações especiais foram reconhecidos como ativo de contrato de concessão (CPC 47), vide nota de ajuste (i). Para fins regulatórios deverá ser adotada a estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, ou seja, como ativo imobilizado, ativo intangível e obrigações especiais. As premissas específicas para o ativo imobilizado, ativo intangível e obrigações especiais, reconhecidos na contabilidade regulatória são garantir que não sejam refletidos os impactos da adoção do CPC 47 e que os valores estejam registrados contabilmente pelo valor homologado pela ANEEL. Como a Companhia não está sujeita à revisão tarifária os valores considerados são os custos históricos.

O intangível de concessão refere-se à alocação de mais valia decorrente das combinações de negócios registradas pela Companhia. Para fins societários, esse saldo é classificado como ativo de contrato.

(iv) Patrimônio líquido

Saldo referente à diferença entre a contabilidade societária e a contabilidade regulatória, decorrente do efeito da aplicação do CPC 47 e CPC 06, líquido de impostos, reconhecido para fins societários e não considerado nas demonstrações contábeis regulatórias.

Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório	2021	2020
Patrimônio líquido societário	38.701	43.407
Ativo de contrato de concessão (CPC 47)	(88.375)	(87.904)
Imobilizado, intangível e investimentos (CPC 47)	60.295	63.003
Empréstimos e financiamentos	(1)	-
Contas à Pagar	(1.000)	-
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos passivos (CPC 47)	13.225	13.365
Patrimônio líquido regulatório	22.845	31.871

(v) Receita

Transmissora Porto Alegre de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias -- Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

Para fins regulatórios, foram ajustados os valores reconhecidos no exercício referente às receitas de operação e manutenção, receita de construção e indenização e remuneração do ativo financeiro de concessão, quando aplicável, decorrentes da aplicação do CPC 47. A receita para fins regulatórios é registrada na rubrica de receita de disponibilização do sistema de transmissão na fase de operação e os efeitos do CPC 47 são desconsiderados.

(vi) Custos e despesas operacionais

Todos os efeitos decorrentes da aplicação do CPC 47 foram eliminados nas Demonstrações contábeis regulatórias, incluindo o custo de implementação de infraestrutura e os gastos de melhoria registrados no resultado no grupo de "Custos operacionais" na rubrica "Material", quando aplicável. Para fins regulatórios, esses gastos de melhoria, que não possuem RAP adicional, são capitalizados e registrados como ativo imobilizado conforme o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico quando aplicável.

As despesas de depreciação e amortização referentes ao ativo imobilizado e/ou intangível, reconhecidas para fins regulatórios, são apropriadas ao resultado conforme o disposto no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico.

(vii) Despesas financeiras

As despesas financeiras com juros foram capitalizadas na contabilidade regulatória, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 20 – Custos de Empréstimos, os custos de empréstimos atribuíveis ao contrato de concessão devem ser registrados como despesa no período em que são incorridos, a menos que o concessionário tenha o direito contratual de receber um ativo intangível (direito de cobrar os usuários dos serviços públicos). Nesse caso, custos de empréstimos atribuíveis ao contrato de concessão devem ser capitalizados durante a fase de construção, de acordo com aquele Pronunciamento Técnico.

(viii) Lucro líquido do exercício

A diferença entre o resultado auferido na contabilidade societária para aquele apurado para fins regulatórios, decorre do efeito da aplicação do CPC 47, CPC 06 (R2), líquido de impostos, reconhecido para fins societários e eliminado nas demonstrações contábeis regulatórias.

Lucro líquido do exercício

2021

2020

Transmissora Porto Alegre de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias -- Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

Licrô Líquido societário	4.089	2.430
Receita bruta (CPC 47)	(1.813)	107
Depreciação e amortização (CPC 47 e CPC 06 (R2))	2.709	2.707
Custos operacionais - Materiais (CPC 47)	2.335	335
Outros custos e despesas operacionais (CPC 06 (R2))		
Despesa financeira - Arrendamento (CPC 06 (R2))		-
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos (CPC 47)	(96)	(509)
Lucro (Prejuízo) líquido regulatório	954	(210)

21. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

Abaixo, são comparados os valores contábeis, valor justo e os níveis hierárquicos dos principais ativos e passivos de instrumentos financeiros:

Valor justo por meio do resultado

	Nível	2021		2020	
		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Ativos					
Custo amortizado					
Caixa e equivalentes de caixa	2	195	195	140	140
Clientes	2	824	824	993	993
		1019	1019	1.133	1.133
Valor justo por meio do resultado					
Aplicações financeiras no mercado aberto	2	4.025	4.025	15.260	15.260
Passivos					
Custo amortizado:					
Fornecedores	2	32	32	15	15
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	2	40.151	40.151	40.679	40.679
		40.183	40.183	40.694	40.694
Valor justo por meio do resultado:					
Instrumentos financeiros derivativos		2.124	2.124	2.256	2.256

A administração dos instrumentos financeiros da Companhia é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando segurança, rentabilidade e liquidez. A política de controle da Companhia é previamente aprovada pela Diretoria.

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos com sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, e valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado. A Companhia classifica os instrumentos financeiros, como requerido pelo CPC 46:

Transmissora Porto Alegre de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias -- Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

- Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;
- Nível 2 - preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos, outras entradas não observáveis no nível 1, direta ou indiretamente, nos termos do ativo ou passivo; e
- Nível 3 - ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou líquido. Nesse nível a estimativa do valor justo torna-se altamente subjetiva.

O valor justo dos recebíveis não difere dos saldos contábeis, pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável, assim, não apresentamos quadro comparativo entre os valores contábeis e justo dos instrumentos financeiros.

Os instrumentos financeiros da Companhia, constantes do balanço patrimonial, estão classificados hierarquicamente no nível 2 e apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo ao valor de mercado.

a) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia participa em operações envolvendo instrumentos financeiros com o objetivo de financiar suas atividades ou aplicar seus recursos financeiros disponíveis. A administração desses riscos é realizada por meio de definição de estratégias conservadoras, visando à liquidez, rentabilidade e segurança.

A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração.

b) Valor justo

O valor justo é mensurado pelo nível 1 da hierarquia do valor justo. A Companhia não possui nenhuma operação classificada na hierarquia do valor justo níveis 2.

(i) Fatores de riscos

c) Risco de crédito

Transmissora Porto Alegre de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias -- Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

Está associado a uma eventual impossibilidade da Companhia de realizar seus direitos provenientes de contas a receber de concessionárias e permissionárias, caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo:

- (i) Contas a receber de concessionárias e permissionárias: a Companhia por força dos contratos mantidos junto ao Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), concessionárias outros agentes, está sujeita a regulação da prestação de seus serviços vinculados à rede básica.

Caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo: risco associado às aplicações financeiras depositadas em instituições financeiras que estão suscetíveis às ações do mercado e ao risco a ele associado, principalmente à falta de garantias para os valores aplicados, podendo ocorrer a perda destes valores. Este risco é diminuído pela Administração na escolha de instituições financeiras de primeira linha e sem estabelecimentos de limites de concentração, seguindo suas políticas internas quanto à avaliação dos investimentos em relação ao patrimônio líquido das instituições financeiras.

d) Risco de liquidez

A Companhia adota como política de gerenciamento de risco: (i) manter um nível mínimo de caixa como forma de assegurar a disponibilidade de recursos financeiros e minimizar riscos de liquidez.

e) Operações com instrumentos financeiros derivativos

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Companhia não possuía quaisquer operações com instrumentos financeiros derivativos.

f) Riscos de mercado

- (i) *Risco de taxas de juros*: decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas.
- (i) *Risco de preço*: As receitas da Companhia são reajustadas anualmente conforme as cláusulas previstas no contrato de concessão, pelo IPCA, sendo sujeitas a revisão tarifária que ocorre a cada cinco anos, limitada a três revisões, as quais consistem unicamente no ajuste do custo da dívida, caso seja aplicável, onde o regulador toma por base o custo da TJLP.

g) Risco de regulamentação

Transmissora Porto Alegre de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias -- Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

As atividades da Companhia, assim como das demais empresas do setor de energia, são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia, assim como nas demais companhias de transmissão.

h) Risco de Capital

A Companhia administra seu capital para assegurar a continuidade de suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio, O índice de endividamento é de 88,16% em 31 de dezembro de 2021.

22. Cobertura de seguros

A Companhia possui um contrato de seguro com apólice 046692021100101180001540 pela FairFax Brasil Seguros Cooperativos S.A., com cobertura de danos materiais e lucros cessantes, com vigência até 28 de maio de 2022. Limite máximo de indenização é de R\$ 48 milhões. E, também, possui um contrato de seguro de responsabilidade civil, apólice 02852.2021.0021.0351.0006279, com cobertura de R\$ 15 milhões.

Diretoria executiva

Ana Paula Pousa Bacaltchuc De Salles Fonseca
Diretora Financeira

Vagner Alexandre Serrato
Diretor de Operações

Responsável técnico pelas informações contábeis

Leandro Barbalho de Brito
Contador CRC-RJ 092.334/O-9